

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.997 - MT (2020/0254766-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES**  
**ADVOGADOS** : **MAURICIO MAGALHAES FARIA JUNIOR - MT009839**  
: **MAURICIO MAGALHAES FARIA NETO - MT015436**  
**AGRAVADO** : **MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105 da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PRELIMINAR DE SENTENÇA EXTRA PETITA – ERRO MATERIAL CORRIGIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEIÇÃO – MÉRITO – 1 APELO – DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO A PARTICULAR REALIZADA PELO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL – INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS – AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO JUSTIFICADOR – ATO REALIZADO EM ANO ELEITORAL – VEDAÇÃO LEGAL – CONDUTA QUE SE AMOLDA AO DISPOSTO NO ARTIGO 11 INCISOS I E IV DA LEI FEDERAL N 842992 – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SANÇÕES DO ARTIGO 12 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PODEM SER APLICADAS CUMULATIVAMENTE OU DE FORMA ISOLADA DE ACORDO COM A SITUAÇÃO CONCRETA MULTA CIVIL APLICADA NO MONTANTE DE 50 (CINQUENTA) VEZES A REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO – REDUÇÃO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO – EXCLUSÃO DAS REFERIDAS PENAS – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO SOMENTE EM SITUAÇÕES GRAVES 2 APELO – EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA DE MULTA – IMPOSSIBILIDADE – VALOR REDUZIDO NESTA INSTÂNCIA REVISORA PEDIDO PREJUDICADO – PRIMEIRO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

SEGUNDO APELO NÃO CONHECIDO.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição,

# *Superior Tribunal de Justiça*

expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão.  
[...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente